



M MASSAS

ORGAO DO PARTIDO OPERARIO REVOLUCIONÁRIO – MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL

07 de setembro de 2019

Grito dos Excluídos

Somente um levante nacional das massas, tendo a classe operária à frente, poderá derrotar Bolsonaro e seus ataques

Este “Grito dos Excluídos” é convocado na situação em que o governo ditatorial de Bolsonaro desfecha brutal ataque à vida dos explorados, aprova a reforma da Previdência, impõe a lei da “liberdade econômica”, promete um salário mínimo de fome, corta recursos para educação, retoma as privatizações, avança a desnacionalização e prepara a entrega da Base de Alcântara aos Estados Unidos. Esse mesmo governo intervém na educação para acabar com a liberdade de expressão e organização e militarizar as escolas. Esse mesmo governo submete o país à política mundial do imperialismo norte-americano. Esse mesmo governo pretende dar carta branca aos desmatadores, exploradores e saqueadores da Amazônia, em nome da soberania nacional. A classe operária, os demais explorados e a juventude estão diante da necessidade de organizar um grande movimento pela derrubada do governo antinacional e antipopular. Estão diante da necessidade de defender firmemente suas reivindicações. Estão diante da necessidade de combater sob a estratégia do governo operário e camponês, que responde à revolução proletária.

O 7 de setembro tem sido, nos últimos anos, data de manifestações políticas por todo o país, em oposição às comemorações militares referentes à data de declaração de independência do Brasil. Os movimentos anti-racistas, da esquerda e de setores das pastorais católicas têm realizado o chamado “Grito dos Excluídos”. Este ano, a UNE, com apoio de centrais sindicais, está chamando a manifestação sob o mote “TODOS de PRETO no 7 de Setembro”, em defesa da educação, da democracia, do emprego, da aposentadoria e do meio ambiente. Mas, na convocação, o centro está nos cortes à Educação, ingerência governamental na escolha dos reitores, Future-se e Amazônia.

A direção da UNE está chamando os estudantes para irem ao ato de preto e com as caras pintadas de verde e amarelo, numa alusão aos “caras pintadas” de 1992, do “Fora Collor”; para demonstrar luto pelas medidas do governo Bolsonaro; e contrastar com os chamados “símbolos nacionais” da direita bolsonarista. É gritante que a direção reformista do PCdoB/PT atribui a essas

manifestações um conteúdo de desgaste eleitoral, passivo e não reivindicativo.

Enquanto o governo e o Congresso Nacional negociavam a reforma da Previdência, as centrais sindicais e a UNE participaram das negociações parlamentares, desviaram as tendências de luta e as manifestações multitudinárias para o parlamento, e desativaram a greve geral de 14 de junho, para que não se chocasse com o Congresso Nacional. No Senado, as direções da CUT e Força negociam a reforma da Previdência com o relator Tasso Jereissati, no campo estabelecido pelo governo e parlamento. Com isso, finalizaram a traição, que foi anunciada desde o 1º de maio, quando se afirmou o propósito de “desidratar” o projeto de Bolsonaro.

Agora, Bolsonaro e o Congresso Nacional negociam mais medidas de ataques às massas: a chamada “liberdade econômica” (dos capitalistas poderem explorar livremente as massas), uma nova CPMF, a capitalização da Previdência (que colocará seus custos apenas sobre os assalaria-

dos, livrando os capitalistas), tudo isso sem falar nas consequências da aplicação das medidas do governo Temer, como a Reforma Trabalhista e Terceirização, que estão impondo o trabalho precarizado de maneira generalizada, elevando o desemprego e a miséria das massas.

Esse conjunto de medidas corresponde às necessidades do capital financeiro, de preservar sua rentabilidade parasitária, à custa de ataques a salários diretos e indiretos (aposentadorias, saúde, educação, etc.). O governo Bolsonaro e suas medidas são expressão dessa necessidade.

Em oposição, a necessidade das massas é a de se defender dessa ofensiva, e isso só é possível por meio da luta nacional dos explorados, que só pode se dar ao redor das reivindicações mais sentidas. A chamada “defesa” genérica que a direção da UNE faz em relação à educação, emprego e Amazônia não serve como meio de enfrentar o governo, o parlamento e a burguesia. Só serve para fazer campanha de desgaste eleitoral do governo e apontar para a estratégia de constituição de um novo governo burguês, de conteúdo nacional reformista, a ser eleito em 2022. A camiseta preta, ao invés da vermelha, serve para conferir o conteúdo de luto, portanto passivo da manifestação. Assim, seu caráter é apenas de protesto inócuo, e não de luta por reivindicações concretas. O chamado a pintar o rosto de verde e amarelo expressa a pretensão de conferir ao movimento um conteúdo nacionalista burguês, que está completamente esgotado no Brasil, e assume um caráter policlassista, que admite unidade com setores burgueses, assim como foi em 1992.

A direção da UNE convoca as manifestações na contramão daquilo que necessitam as massas. É preciso levantar as reivindicações com clareza. Não se trata de defender a pseudo autonomia da universidade, que na verdade está nas mãos de uma burocracia privatista e autoritária, mas de lutar contra o intervencionismo governamental e obscurantista, com os métodos da luta de classes. Não se trata de fazer uma defesa hipócrita do ensino público, que hoje abrange apenas 10% dos estudantes, sem combater efetivamente o ensino privado, que deve ser estatizado sob controle de quem estuda e trabalha. O Future-se deve ser combatido pelo seu conteúdo privatista, que já é aplicado em muitas universidades, hoje, sob a batuta da burocracia universitária docente. Os estudantes devem se juntar à classe operária e lutar ao

seu lado, sob sua estratégia e seu programa. A reforma da Previdência, praticamente consolidada, deve ser derrubada juntamente com as reformas Trabalhista, da Terceirização e do Ensino Médio. A luta contra as queimadas na Amazônia é uma luta anti-imperialista, que rechaça qualquer intervencionismo externo e aponta para a estatização e controle operário e das nacionalidades indígenas da região, sem deixar de defender que somente a revolução proletária protegerá a Amazônia e o meio ambiente da sanha capitalista.

O método para se defender de fato essas reivindicações é o da ação direta das massas, da greve geral, das ocupações de prédios, ruas e avenidas, das grandes manifestações, tendo a classe operária à frente, parando a produção e impondo à burguesia e seus governos as reivindicações do conjunto da maioria oprimida. Esses métodos de luta e ação estão ligados diretamente à estratégia de poder próprio das massas, o governo operário e camponês (expressão da ditadura do proletariado), que só pode vir por meio da revolução social.

Ao contrário do que afirmam as direções do movimento estudantil e sindical, a necessidade de combater imediatamente o governo não se dá pela disputa eleitoral. Para combater o governo

O método para se defender de fato essas reivindicações é o da ação direta das massas, da greve geral, das ocupações de prédios, ruas e avenidas, das grandes manifestações, tendo a classe operária à frente, parando a produção e impondo à burguesia e seus governos as reivindicações do conjunto da maioria oprimida

Bolsonaro, é preciso dar vazão às tendências de luta das massas, expressas nas manifestações de 15 e 30 de maio, e na greve geral de 14 de junho.

Somente com a classe operária tomando a frente de uma unidade anti-imperialista e anticapitalista será possível vencer. É preciso trabalhar firmemente por isso, organizando as assembleias e plenárias, com democracia operária, desde as bases, convocando amplamente ao redor das reivindicações e apontando a necessidade das massas tomarem em suas mãos a resolução de seus próprios problemas, e não confiar nas instituições da burguesia, parlamento ou eleições. Organizar seu partido operário revolucionário, que lhe garantirá a independência de classe diante dos exploradores, e constituirá uma direção revolucionária em suas organizações de massa, condição para que a luta caminhe para a vitória contra os capitalistas e seus governos.